



Destaque

24 de Março de 2017

PDE – Apuramento do défice e dívida pública

1ª NOTIFICAÇÃO DE 2017



24 de março de 2017

Procedimento dos Défices Excessivos

1ª Notificação 2017

Procedimento dos Défices Excessivos (1ª Notificação de 2017)

Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE envia ao Eurostat, até ao final do mês corrente, a primeira notificação de 2017 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE)¹.

O quadro 1 da notificação, em baixo apresentado, sintetiza os principais resultados para o período de 2013 a 2017.

Estado Membro: Portugal Dados em milhões de euros Data: 24/03/2017	Códigos SEC 2010	2013	2014	2015	2016	2017 ²
		Final	Final	Provisório	Provisório	Provisório
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento	B.9	-8 245,2	-12 402,3	-7 826,0	-3 807,3	-3 018,2
Administrações Públicas	S.13	-8 245,2	-12 402,3	-7 826,0	-3 807,3	-3 018,2
- Administração Central	S.1311	-298,5	-650,3	-617,2	-705,8	-370,0
- Administração Local	S.1313	347,0	798,0	1 113,1	1 574,8	1 126,3
- Fundos de Segurança Social	S.1314					
		Final	Final	Provisório	Provisório	Provisório
Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada)³		219 714,9	226 030,6	231 540,4	241 060,9	244 811,0
Valor nominal no final do ano						
Por categoria						
Numerário e depósitos	AF.2	10 490,0	14 922,8	18 646,2	22 536,3	
Títulos de dívida	AF.3	114 294,2	111 456,3	121 076,2	132 930,3	
Curto Prazo	AF.31	2 411,7	12 602,3	10 537,9	14 956,0	
Longo Prazo	AF.32	106 872,5	98 794,8	111 138,0	117 982,5	
Empréstimos	AF.4	94 660,1	99 644,4	91 118,0	85 585,1	
Curto Prazo	AF.41	2 513,5	2 591,2	3 377,3	2 786,6	
Longo Prazo	AF.42	92 426,6	97 052,4	87 940,7	82 798,5	
Despesa da Administração Pública em:						
Formação Bruta de Capital Fixo	P.51	3 701,1	3 446,3	4 049,3	2 879,0	4 115,7
Juros (consolidado)	D.41 (Empregos)	8 258,3	8 483,0	8 191,3	7 836,0	8 297,0
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	B.11 ^g	170 269,3	173 075,1	179 504,3	184 931,1	180 463,0
Por Menção:						
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBem		-4,8%	-7,2%	-4,4%	-2,1%	-1,6%
Rácio dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) no PIBem		129,0%	130,6%	129,0%	130,4%	128,5%

¹ Em conjunto com este destaque é também disponibilizada no Portal do INE a lista de entidades classificadas no setor institucional das Administrações Públicas, na perspetiva das Contas Nacionais.

² Para o ano corrente (2017) as estimativas da capacidade / necessidade líquida de financiamento e da dívida bruta são da responsabilidade do Ministério das Finanças.

³ Tal como referido no destaque relativo à notificação de abril de 2015, está presentemente em curso a alteração da redação atual do Manual do Déficit e da Dívida das Administrações Públicas, de modo a clarificar e garantir a aplicação harmonizada pelos diversos Estados-membros, da definição do valor facial do instrumento numerário e depósitos, no sentido de que deve ser incluída a capitalização acumulada dos respetivos juros no valor da Dívida Bruta das Administrações Públicas. Essa clarificação está a ser efetuada num fórum de discussão permanente, existente no Sistema Estatístico Europeu, que aborda assuntos metodológicos relevantes para a compilação do défice e da dívida, levando à revisão da dívida das administrações públicas nos casos em que se aplique. No caso de Portugal estão em causa os juros capitalizados de Certificados de Afeto, cujo valor tem sido sempre reportado no quadro 4 da notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (em anexo a este Destaque) e que presentemente não estão incluídos no valor da Dívida Bruta das Administrações Públicas.

Procedimento dos Défices Excessivos – abril 2017

1/1

www.ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - Tel: +351 21.842.61.00 - sci@ine.pt

O INE enviou hoje para o Eurostat e divulgou no seu portal, a primeira notificação de 2017 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos, onde inclui a informação do Déficit e da Dívida relativa aos Açores, apresentada pelo SREA e validada pelas autoridades estatísticas nacionais.

Esta notificação, tal como as de 2016, obedece ao novo Sistema europeu de Contas 2010 (SEC 2010), implicando um conjunto significativo de alterações metodológicas, em relação ao SEC95, que se traduziram em revisões relevantes e que já foram divulgadas em notificações anteriores.

Este processo é definido nos termos dos nº 1 e do nº 2 do artº 21º da Lei Orgânica 2/2013 de 2 de Setembro - Lei das Finanças das Regiões Autónomas - onde se refere que o SREA tem de apresentar, até final dos meses de

Fevereiro e Agosto, uma estimativa das contas não financeiras e da dívida pública da administração pública regional para os anos anteriores e corrente e que as autoridades estatísticas nacionais devem validar as contas até ao final do mês seguinte à sua apresentação.

Assim divulgamos neste Destaque um quadro próprio com a informação referente aos Açores, com maior desagregação que a disponibilizada pelo INE.

A metodologia está sintetizada no Destaque do INE que anexamos.

PDE - Resumo Administração Pública da R.A.A.					
Q.1 - Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento					
	2012	2013	2014	2015	2016
	final	final	final	provisório	provisório
Unid: mil euros					
1. Governo Regional dos Açores	-26 360	-18 148	-49 811	-67 115	-92 178
2. Fundos e serviços Autónomos	-14 358	4 101	4 896	14 485	9 189
3. Empresas públicas incluídas no perímetro da Adm. Pub. Reg.	-39 979	4 797	14 418	25 828	21 837
Capacidade/necessidade líquida de financiamento	-80 697	-9 250	-30 497	-26 802	-59 899
Q.2 - Dívida Bruta da Administração Pública (consolidada) da R.A.A.					
	2012	2013	2014	2015	2016
Unid: mil euros					
Valor nominal no final do ano	1 146 527	1 262 068	1 404 796	1 485 153	1 596 325
1. Governo Regional dos Açores					
<i>empréstimos</i>	412 280	443 730	523 587	558 444	621 001
<i>curto prazo</i>	x	x	50 000	35 000	48 000
<i>longo prazo</i>	412 280	443 730	473 587	523 444	573 001
2. Empresas públicas incluídas no perímetro da Adm. Pub. Reg.	734 247	818 338	881 209	926 709	975 324
2.1 das quais nova delimitação sectorial (SEC2010)	423 529	491 153	490 115	368 152	340 193
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	3 610 388	3 663 073	3 706 261	3 785 118	3 926 583
Por Memória:					
Rácio Capacidade/necessidade líquida de financiamento no PIBpm	-2,2%	-0,3%	-0,8%	-0,7%	-1,5%
Rácio Dívida Bruta das Administrações Públicas (consolidada) no PIBpm	31,8%	34,5%	37,9%	39,2%	40,7%

No quadro disponibilizado pode verificar-se que em 2016, a necessidade líquida de financiamento da Região foi de 59.899 mil euros.

O rácio da necessidade líquida de financiamento sobre o PIB foi de (-1,5%) em 2016, sendo inferior a 3% em cada um dos cinco anos apresentados e menor que 2% nos últimos quatro anos. Assim passou de (-2,2%) em 2012 para (-0,7%) em 2015 e (-1,5%) em 2016.

A necessidade de financiamento do país, segundo o INE, correspondeu a (-2,1%) do PIB.

O total da Dívida Bruta da Administração Pública da RAA, englobando o Governo Regional e as empresas públicas incluídas no perímetro da Administração Pública, foi de 1.596,3 milhões de euros, cerca de 40% do PIB.

A Dívida Bruta do país, segundo o BdP, correspondeu a 130,4% do PIB

Mais informação pode ser encontrada no portal do SREA

<http://estatistica.azores.gov.pt>